

## Apresentação

# JUSTIÇA AMBIENTAL, IGUALDADE RACIAL E EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS TRANSVERSAIS

Editores  
*Cleonice Puggian*  
*Eline das Flores Vicker*  
*Adriano Vargas Freitas*

Este número especial da Revista de Educação, Ciências e Matemática (RECM) apresenta uma seleção de artigos produzidos por ocasião do III Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação (SEMIJAIRE), realizado na Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) e na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), nos dias 20 e 21 de agosto de 2013.

O principal objetivo deste evento, já em sua terceira edição, foi estabelecer diálogos sobre desigualdades ambientais, raciais e educacionais. Mobilizou membros de movimentos sociais, alunos e professores da educação básica, docentes e discentes de universidades e representantes do poder público, convidando-os a refletir sobre os desafios, ações e políticas para a promoção da igualdade e suas interseções no contexto local e global. Retomou o debate já iniciado em 2011, com a mesa-redonda “Racismo e Justiça Ambiental”, promovida durante a visita da Ministra do Meio Ambiente dos Estados Unidos da América, Sra. Lisa Jackson, e em 2012, com o II Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação.

As principais atividades do III SEMIJAIRE foram duas conferências, duas mesas redondas, 50 comunicações orais e cinco oficinas. Recebemos como conferencista convidado o Dr. Robert Bullard, precursor do movimento por justiça ambiental nos Estados Unidos da América (EUA), cuja obra inclui 18 livros e inúmeros artigos que ajudaram a revelar as relações entre raça, classe e degradação ambiental. Procuramos, através do diálogo com Dr. Bullard, que atualmente ocupa a posição de Diretor do Barbara Jordan-Mickey Leland School of Public Affairs, da Texas Southern University, refletir sobre as bases conceituais e filosóficas do movimento por justiça ambiental, problematizando suas contribuições para as políticas e ações no campo da educação e igualdade racial.

Além de duas conferências com Dr. Robert Bullard (uma em Duque de Caxias e outra em São Gonçalo), ocorreram duas mesas redondas cujo objetivo foi articular o debate sobre justiça ambiental, igualdade racial e educação numa perspectiva interdisciplinar. Participaram da mesa redonda em Duque de Caxias os professores Mauro Guimarães (UFRRJ), Renato Emerson dos Santos (UERJ-FFP), Sebastião Fernandes Raulino (FEUDUC/FAPP-BG) e José Geraldo da Rocha (UNIGRANRIO). Em São Gonçalo, no dia 21 de agosto, a mesa redonda foi composta pelos professores Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ), Vera Lúcia Teixeira Kauss (UNIGRANRIO), Cátia Antônia da Silva (UERJ-FFP) e Cleonice Puggian (UERJ-FFP/UNIGRANRIO).

O evento recebeu mais de 500 participantes, com inscrições gratuitas. Agradecemos a Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ- APQ2 E-26/110.288/2013) e a Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PROPEP) da UNIGRANRIO pelo apoio financeiro e, em especial, ao Consulado Geral dos Estados Unidos da América, que proveu a tradução simultânea para as conferências em inglês.

Os artigos que fazem parte deste número especial compartilham a compreensão de que as injustiças ambientais referem-se ao “mecanismo pelo qual sociedades desiguais [...] destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2001, p.1). Em consonância com o Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, notamos que os artigos deste número também compartilham a ideia de que a luta pela justiça ambiental deve apoiar-se em um conjunto de princípios e práticas que:

a - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

b - asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;

c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

d - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

À luz do movimento por justiça ambiental no Brasil, percebemos uma crescente produção no campo da educação ambiental crítica, emancipatória ou transformadora. Segundo Guimarães (2004, p. 30-31) a educação ambiental crítica tem como objetivo criar ambientes educativos onde afluam novos processos de intervenção que possam superar armadilhas paradigmáticas e propiciar, através da cidadania ativa, o enfrentamento da crise socioambiental. Percebemos, através dos artigos incluídos neste número, a emergência de produções sobre a educação que ocorre em áreas de conflito, assim como a consolidação de iniciativas educacionais atentas às desigualdades socioambientais.

Iniciaremos este número especial com dois artigos que remontam às bases do movimento por justiça ambiental nos EUA e no Brasil. Em seguida apresentaremos dois estudos de caso sobre injustiças ambientais, continuando com três artigos sobre experiências educacionais em áreas de conflito. Acrescentamos ainda artigos que procuram aproximar o debate da justiça ambiental às vertentes críticas da educação ambiental e relatos de experiências que indicam novos contornos deste campo de estudo. São, ao todo, doze artigos que refletem a diversidade de temas abordados durante o III SEMIJARE.

Decidimos publicar estes trabalhos em um número especial da RECM por abordarem um tema transversal, de interesse amplo para todas as disciplinas curriculares, incluindo a biologia, a química, a física e a matemática. Acreditamos que as questões referentes às injustiças ambientais devem ser de amplo conhecimento dos docentes da educação básica e do ensino superior, por isso apoiamos desde 2011 o Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação, disponibilizando-nos à publicação deste número especial.

Tendo em vista a importância do tema, o primeiro artigo, escrito por Dr. Robert Bullard e pelos pesquisadores da Texas Southern University, Glenn S. Johnson, Sheri L. Smith e Denae W. King, faz uma retrospectiva dos principais eventos que marcaram o movimento por justiça ambiental nos EUA, contextualizando as lutas e as conquistas ao longo dos últimos trinta anos. Aborda casos históricos, como o aterro de PCB no Condado de Warren, assim como questões que continuam em debate, como a situação pós-furacão Katrina e o derramamento de óleo da British Petroleum (BP), no Golfo do México. Apesar dos avanços, o artigo revela que as injustiças ambientais ainda afetam milhões de pessoas negras e de minorias étnicorraciais, impedindo que tenham direito a viver em comunidades saudáveis, habitáveis e sustentáveis. O artigo foi gentilmente traduzido pela Professora Cleonice Puggian, uma das editoras desta revista e, além da versão em português, publicamos também o original em inglês para leitores deste idioma.

O segundo artigo foi escrito pelo Professor Henri Acselrad, do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), por ocasião da mesa redonda com a administradora da Agência de Proteção Ambiental Americana, Lisa Jackson, em 2011. Decidimos publicar este artigo neste número especial, pois acreditamos que a temática da liberalização da economia e da flexibilização da legislação coadunam com o tema do III SEMIJAIRE e revelam como os interesses econômicos acabam por violentar a garantia do direito à equidade ambiental no Brasil. Alegra-nos contar com a contribuição do Professor Henri Acselrad, que é um pesquisador reconhecido por sua contribuição para o enfrentamento das injustiças ambientais.

Depois das considerações apresentadas nos artigos dos Professores Robert Bullard e Henri Acselrad, incluímos dois estudos de casos. O primeiro foi desenvolvido pelo Professor Sebastião Fernandes Raulino, como parte da tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). O terceiro artigo deste número especial explora as representações dos moradores das proximidades da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e revela que as possibilidades de trabalho e subsistência geradas pelo empreendimento produz nas pessoas um certo tipo de “consentimento” para as atividades poluentes da empresa. O quarto artigo, intitulado “Rio Grande (RS): uma ‘zona de sacrifício’”, foi submetido pelos pesquisadores do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil, que pertencem ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG). Neste trabalho descrevem o caso da cidade de Rio Grande/RS, onde foram mapeados 49 conflitos ambientais e urbanos (27 e 22, respectivamente) nos anos de 2011 e 2012. Os autores alertam que a cidade foi escolhida como pólo para a retomada da indústria naval brasileira, tornando-a uma “zona de sacrifício” ou, como sugerido por Acselrad (2004), um “paraíso de poluição”. Estes artigos trazem à luz a constituição dos conflitos ambientais nos espaços urbanos, revelando estratégias de dominação econômica e social do capital na contemporaneidade.

Neste número especial incluímos também artigos que falam da educação que ocorre em comunidades impactadas por injustiças ambientais, como Campos Elíseos, no entorno da Refinaria Duque de Caxias (RJ); a Vila Bom Jesus, em Canãa dos Carajás (PA); e a praia de Mauá, no Município de Magé (RJ). Nesta vertente, o quinto artigo, de Marcia Olivieri, Wilma Pinto e Cleonice Puggian, do Programa de Pós-graduação em Ensino das Ciências na Educação Básica, da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), descreve os resultados de um estudo qualitativo realizado com alunos do nono ano de três escolas da localidade de Campos Elíseos,

em Duque de Caxias. As autoras relatam como o refino do petróleo e seus impactos ambientais são explorados no segundo segmento do ensino fundamental, alertando que, na maioria dos casos, os professores limitam-se a abordar o conteúdo proposto pelos livros didáticos, raramente aprofundando as questões ambientais enfrentadas pela comunidade. A investigação sinaliza que os alunos possuem conhecimento sobre as injustiças ambientais que afetam sua comunidade e gostariam de conhecer melhor os riscos a que são expostos cotidianamente.

O sexto artigo, de Alexandre Macedo Pereira, Luis Fernando Minasi, Cinara Karam e Leuzilda Rodrigues, do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG), apresenta uma análise do Programa de Educação Ambiental - PEA - do Projeto Sossego (da empresa Vale), desenvolvido no município de Canaã dos Carajás, sudeste do estado do Pará. Neste artigo os autores problematizam as iniciativas de educação ambiental propostas pela empresa Vale, denunciando a utilização da educação como um instrumento ideológico que serve aos propósitos capitalistas, reforçando e legitimando a violência simbólica e material sobre as comunidade atingidas pelo empreendimento.

O sétimo artigo, “Caminhos para a justiça ambiental: a educação ambiental e os manguezais da Baixada Fluminense”, de Felipe Tavares e Wirys de Oliveira, egressos do curso de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF-UERJ), retoma a história ambiental dos manguezais nos municípios da Baixada, estabelecendo uma análise das políticas públicas para a conservação e recuperação deste ecossistema. Argumentam que a educação ambiental crítica pode tornar-se uma caminho para a luta pela justiça ambiental e pela proteção das reservas naturais, especialmente nas cidades mais impactadas por desigualdades no entorno da Baía de Guanabara.

Felipe Robledo e Patrícia Plácido, doutorandos do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), são os autores do oitavo artigo deste número especial e propõem uma aproximação entre a educação ambiental e a justiça ambiental no ambiente escolar, analisando como as vertentes da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória tem se constituído à luz das contribuições do movimento por justiça ambiental. Em uma linha similar, o artigo de Ricardo Cruz, Rossane Bigliardi e Luis Miansi, por sua vez, explora como a educação ambiental crítica pode orientar uma prática pedagógica transformadora. Questionam: “que saberes são necessários para a produção dos conhecimentos de que o educando precisa?” e “como articular estes saberes para que os sujeitos do processo compreendam as relações sociais nas quais estão incluídos, e das quais são produto?”. Norteados por estas questões, os autores tecem considerações sobre o papel dos

educadores, do currículo e do processo educativo para uma prática emancipatória.

O décimo artigo, produzido por Elienae Pereira, Helena Amaral da Fontoura e Lucia Rodriguez de La Rocque, salienta a importância da educação ambiental através de uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Indica que, para os PCN, a educação ambiental deve incorporar aspectos político-sociais em uma visão crítica, transversal e interdisciplinar o que, no entanto, não tem correspondido à prática cotidiana dos professores nas instituições de ensino.

Acrescentam-se a este número especial artigos que descrevem experiências com educação ambiental apoiadas na literatura e debates do campo da justiça ambiental. Este é o caso do trabalho intitulado “O Coletivo Jovem de Meio Ambiente e a política governamental de Escolas Sustentáveis: reflexões sobre possíveis diálogos com a Justiça Ambiental”, décimo primeiro artigo deste número, produzido por Anne Kassiadou e Celso Sánchez, do Programa de Pós Graduação em Educação PPGEduc, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Neste artigo os autores analisam o Coletivo Jovem de Meio Ambiente, que é um movimento protagonizado por jovens no Brasil, estabelecendo um contraponto com a proposta governamental de Escolas Sustentáveis. Através deste caso problematizam a participação dos jovens na esfera política e as possíveis contribuições da juventude para o movimento de justiça ambiental.

Encerrando o número especial incluímos o artigo de Roseantony Rodrigues Bouhid, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente da UERJ e professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Neste trabalho ela descreve a trajetória do Boletim do Meio Ambiente, um periódico educacional mensal redigido por alunos e professores do Instituto Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo era promover a educação ambiental por meio da mídia impressa. Destaca-se nesta experiência a atuação ativa dos alunos, além da divulgação de temas controversos e conflitos socioambientais, os quais ganharam projeção junto à comunidade externa, com alcance comunitário.

Esperamos que esta coletânea de 12 artigos, os quais descrevem a experiência americana, assim como produções de pesquisadores de vários estados brasileiros, incluindo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pará, possam enriquecer o debate já existente sobre as injustiças ambientais, favorecendo diálogos transversais no ensino das ciências e matemática.